

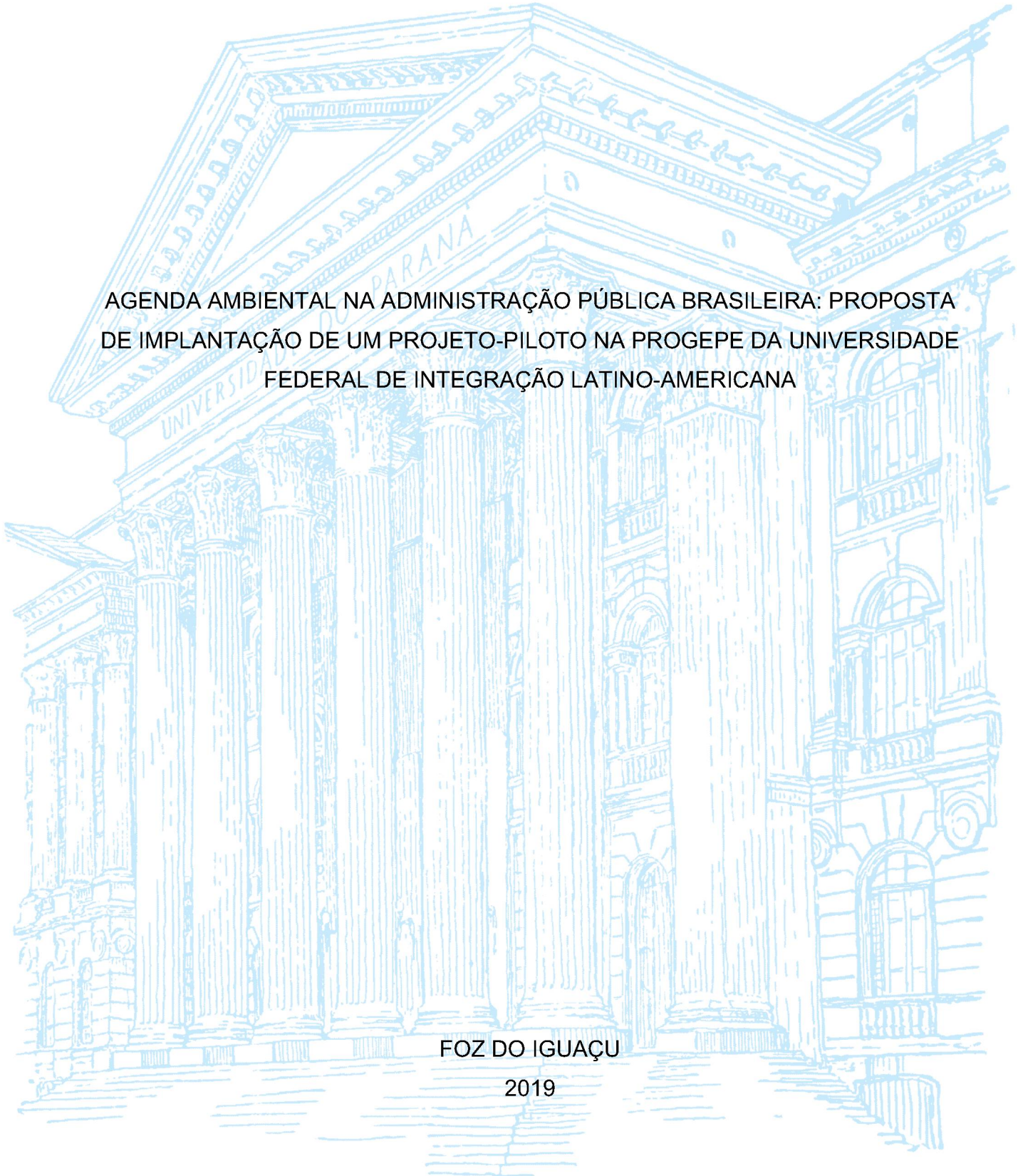
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JÉSSICA DAMIAN LUIZ

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: PROPOSTA
DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO-PILOTO NA PROGEPE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

FOZ DO IGUAÇU

2019



JÉSSICA DAMIAN LUIZ

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: PROPOSTA
DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO-PILOTO NA PROGEPE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Projeto técnico apresentado ao curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Setor de Administração Geral e Aplicada, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Natália Rese

FOZ DO IGUAÇU

2019

Dedico este trabalho à Universidade Federal da Integração Latino-Americana e a todos os órgãos públicos que desejarem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades oferecidas a mim e que pude aproveitar. Pela vida. Pelo ânimo e disposição. Pela saúde. Pela força.

Agradeço a minha mãe Tania, pois sem ela eu nada seria. Obrigada por ser fantástica e me dar um bom exemplo.

Agradeço ao meu companheiro pela compreensão e força nos momentos que precisei.

Agradeço também os colegas do curso que se mostraram unidos a todo momento. E, especialmente, à minha orientadora Dra. Natália Rese que prontamente me orientou e ajudou a construir este trabalho.

“Ó, vida futura! Nós te criaremos.” (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral propor a implantação de um projeto-piloto da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Os objetivos específicos foram: identificar as práticas sustentáveis da universidade, em especial da unidade alvo da proposta, com base nos cinco eixos temáticos da A3P; identificar oportunidades de melhorias a partir dos eixos; e elaborar um plano para que a unidade desenvolva ações piloto para a incorporação da agenda. O objetivo da pesquisa é exploratório; o procedimento técnico utilizado é o estudo de caso; e a abordagem do problema é qualitativa. O estudo de caso foi realizado por meio da aplicação de um *check-list*, contendo 36 questões, subdivididas em cinco eixos temáticos, com opções para responder se “adere” ou “não adere”. Verificou-se que a universidade desenvolve algumas ações que atendem ao que é proposto pelos eixos temáticos da A3P, porém ainda não têm suas atividades totalmente voltadas para a temática e nem trabalha com a agenda. Por fim, foi elaborado uma proposta de projeto técnico voltado à PROGPE, para que ela inicie as práticas sustentáveis, incentivando a incorporação das ações no planejamento estratégico da instituição e do trabalho com a A3P, assumindo responsabilidade socioambiental e transparência.

Palavras-chave: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Instituição de Ensino Superior. Gestão Ambiental. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The objective of this study is to propose the implementation of a pilot project of the Public Administration Environmental Agenda - A3P, in the Pro-Rector's Office of People Management, at the Federal University of Latin American Integration. The specific objectives were: to identify sustainable university practices, in particular the target unit of the proposal, based on the five thematic axes of A3P; identify opportunities for improvement from the axes; and develop a plan for the unit to develop pilot actions for the incorporation of the agenda. The objective of the research is exploratory; the technical procedure used is the case study; and the approach to the problem is qualitative. The case study was carried out through the application of a checklist, containing 36 questions, subdivided into five thematic axes, with options to respond if it adheres or does not adhere. It was verified that the university develops some actions that meet what is proposed by the thematic axes of the A3P, but they do not yet have their activities totally focused on the subject and neither work with the agenda. Finally, a technical project proposal was prepared for PROGPE, so that it could initiate sustainable practices, encouraging the incorporation of actions in the strategic planning of the institution and work with the A3P, assuming socio-environmental responsibility and transparency.

Keywords: Environmental Agenda of the Public Administration (A3P). Institution of Higher Education. Environmental management. Sustainability. Sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: OS CINCO EIXOS TEMÁTICOS PRIORITÁRIOS DA A3P.....	18
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 1.....	26
Quadro 2: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 1 – PROAGI.....	26
Quadro 3: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 2.....	27
Quadro 4: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 3.....	28
Quadro 5: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 4.....	29
Quadro 6: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 5.....	30
Quadro 7: PLANO DE IMPLANTAÇÃO – SUGESTÃO	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: OS 5R'S	17
-------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

A3P	- Agenda Ambiental da Administração Pública
IFES	- Instituição Federal de Ensino Superior
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
ONS	- Operador Nacional de Sistemas
ONU	- Organização das Nações Unidas
PROAGI	- Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
PROGEPE	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento
RSA	- Responsabilidade Socioambiental
UNILA	- Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL	15
2.2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P	17
2.2.1 Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	19
2.2.2 Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	19
2.2.3 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	20
2.2.4 Sensibilização e Capacitação	21
2.2.5 Licitações Sustentáveis	21
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	23
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	23
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	24
3.3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	25
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	31
4.1 PROPOSTA TÉCNICA	31
4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	32
4.1.1.1 Sugestões de Ações	34
4.1.2 RECURSOS	36
4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS	37
4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	39
REFERÊNCIAS	40
ANEXO 1 - CHECK LIST ADAPTADO DE FREITAS, BORGERT E PFITSCHER .	42

1 INTRODUÇÃO

Questões ambientais estão sendo tratadas com maior importância no mundo contemporâneo desde os anos 1960, quando foi fundado o Clube de Roma, o qual abordava assuntos sobre meio ambiente e política. A partir desse marco temporal, surgiram conferências e relatórios importantes e que debatiam essas questões. A discussão passou a ter maior visibilidade a partir do Relatório Brundtland, em 1987 (DIAS, 2011).

A utilização, muitas vezes inadequada, dos recursos naturais como o consumo exagerado, desperdício e poluição causada pela industrialização cada vez mais potente colocam em risco o planeta. Sobre isso, Quintas (2006, p. 21) afirma que “a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade.”

Existe uma relação entre o uso de recursos e as mudanças ocasionadas no meio ambiente, gerando uma ideia de conflito. Na área ambiental, essa ideia também está associada ao controle de recursos limitados e que não deveriam ser utilizados indiscriminadamente. O uso intensivo dos recursos ambientais tem provocado a sua escassez e o comprometimento da qualidade ambiental (QUINTAS, 2006).

A Organização das Nações Unidas – ONU, por volta de 1970, tomou consciência dos maus impactos que essas práticas causam e repensaram atitudes para o desenvolvimento. Com isso, cerca de 113 países se mobilizaram para encontrar soluções sustentáveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, 1992).

Em 1972, entidades governamentais se reuniram pela primeira vez, em Estocolmo, para a Conferência Mundial das Nações Unidas, com o propósito de discutir sobre o Meio Ambiente. Porém, a primeira proposta de desenvolvimento sustentável foi assinada apenas em 1992, no Rio de Janeiro, quando foi aprovada a Agenda 21. Este seria o documento que estabelecia programas para proteger o meio ambiente, com justiça social e eficiência econômica, a fim de construir sociedades sustentáveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, 1992).

Levando em consideração os princípios da Agenda 21, os países procuraram desenvolver Agendas Locais com base nas prioridades de cada região. No Brasil, em 2002, foi desenvolvido a Agenda 21 Brasileira, a qual é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país.

O Setor Público como consumidor de inúmeros recursos, causa impactos negativos em seus processos de produção e descarte de resíduos. Dessa forma, ele possui a responsabilidade de lidar com questões ambientais, debater e propor políticas públicas a fim de diminuir esses impactos. Se cada órgão da administração pública fizer o papel de consumir de forma mais eficiente os recursos naturais, evitar o desperdício e visar eliminar ou minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, garantirá um desenvolvimento sustentável e incentivará a sociedade.

É por esse motivo que com a Agenda 21, a Declaração do Rio/92 e a Declaração de Johannesburgo, o MMA criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), um programa voltado para os órgãos públicos do país para que possam pôr em práticas questões sustentáveis. A intenção é obter eficiência na atividade pública e promover, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente (MMA - A3P, 2009).

A A3P é uma agenda que contém um programa criado com a intenção de implantar a responsabilidade socioambiental na administração pública brasileira. Seus princípios vão desde mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além disso, ela visa promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Programa A3P se destina às três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. Embora a agenda seja de adesão voluntária, pois não existe lei que obrigue seu uso e nem sanção para quem não segue as diretrizes, o MMA recomenda a execução da agenda por usar de forma racional os recursos naturais, gerando eficiência econômica e diminuindo impactos ambientais.

Essa agenda possui o objetivo de incentivar atitudes de servidores públicos para que incorporem as práticas sustentáveis do programa em suas rotinas. A A3P possui base nos 5 R's (reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.) e em cinco eixos principais: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos recursos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores, e; Licitações sustentáveis.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Muitos órgãos públicos já aderiram ao Programa A3P e estão contribuindo para que o Brasil não cause tantos impactos negativos ao meio ambiente. Porém, nota-se que muitas organizações no setor público ainda não fazem uso da agenda e nem possuem práticas sustentáveis. Por esse motivo é que este trabalho propõe a **implantação de um projeto-piloto da Agenda A3P na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA**, uma instituição de ensino superior, localizada em Foz do Iguaçu-PR, de forma a incentivar práticas sustentáveis.

1.1.2 Objetivos específicos

1. A partir dos cinco eixos temáticos, identificar a existência de práticas sustentáveis na UNILA;
2. Identificar oportunidades de melhoria a partir dos cinco eixos temáticos em práticas que ignoram a preocupação com a sustentabilidade;
3. Elaborar um plano de ação para a PROGEPE com ações piloto de sustentabilidade dentro dos cinco eixos temáticos da agenda A3P.

Com isso, espera-se resultados além da sustentabilidade, mas também a redução dos gastos públicos, pois os recursos serão utilizados de forma mais eficiente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura traz questões sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Além de apresentar de forma mais aprofundada a agenda A3P e seus eixos temáticos.

2.1 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

Com o crescente aumento populacional e revoluções como a Industrial, problemas ambientais alertam os seres humanos dos perigos ocasionados há mais tempo que se possa imaginar. Mas é somente na segunda metade do século XX que movimentos globais aparecem para buscar alternativas que amenizem os problemas. Conferências, acordos, tratados foram assinados por vários países. Organizações não governamentais ambientalistas começaram a surgir e o século terminou com novas estratégias de desenvolvimento que contemplam o meio ambiente (DIAS, 2011).

Foi na Conferência de Estocolmo, em 1972, que surgiu o conceito que é conhecido hoje como desenvolvimento sustentável, à época designado como “abordagem do codesenvolvimento”. Diziam que o desenvolvimento sustentável seria alcançado se houvesse simultaneamente: equidade social, prudência e eficiência econômica (DIAS, 2011). Mais tarde, em 1980, o documento “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza” definiu sustentabilidade como “uma característica de um processo ou estado que pode manter-se indefinidamente” (IUCN/UNEP/WWF, 1980).

Porém, foi o relatório produzido pela Comissão Brundtland que apresentou uma definição mais elaborada de desenvolvimento sustentável. Ele traz princípios básicos que preconiza que o desenvolvimento deve atender às gerações atuais e futuras, e utilizar os recursos somente de forma que não prejudique a sua mesma utilização pelas gerações futuras (DIAS, 2011).

Segundo Rezende (2012), nota-se que existe uma diferença entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O primeiro remete a um vocábulo peculiar aos governos, às agendas políticas, e o segundo está ligado a uma terminologia afeta à operacionalização, à ação, colocar em prática o desenvolvimento sustentável. Pode-se desprender que as organizações praticarão a sustentabilidade de modo a alcançar o desenvolvimento.

No tocante à sustentabilidade, empresas têm sido levadas cada vez mais a trabalharem a sustentabilidade corporativa, conceito pelo qual as companhias, por meio de uma boa estrutura de governança, atuam proativamente e de forma equilibrada nas dimensões social ambiental e econômica, com o objetivo de aprimorar sua estratégia de negócios e garantir sua perenidade (OUCHI, 2006). Para Savitz (2006), “sustentabilidade na prática pode ser vista como a arte de fazer negócios em um mundo interdependente”.

Cavalcante (2012) afirma que questões que falem sobre Responsabilidade Socioambiental (RSA) são globais, e a sua interpretação pode variar conforme empresas e instituições (governamentais ou não), dependendo dos impactos econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados. Compromissos que são assumidos de forma voluntária pelas empresas vão além das obrigações legais. Essas empresas estão optando por investir em práticas que elevam os níveis de desenvolvimento social, protegendo o meio ambiente e respeitando os direitos humanos.

Para Luiz, et al. (2013), ter responsabilidade ambiental é ter também responsabilidade social. É necessário ter cuidado com o meio ambiente, de modo que tudo o que for retirado dele não supere a sua capacidade de renovação; do mesmo modo, tudo o que for depositado não pode prejudicá-lo.

E é assim que surge o conceito Gestão Ambiental, tornando-se uma das alternativas mais coerentes para aumentar os índices de desenvolvimento sustentável. Sendo implantada em muitas organizações como fator estratégico (LUIZ, et al., 2013).

E sobre Gestão Ambiental, especificamente no setor público, Quintas (2006, p.30) diz que:

“Gestão Ambiental, portanto, é vista aqui como um processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.”

Sanches (2000), em sua dissertação do mestrado, sobre a qual discorreu de gestão ambiental proativa, afirmou que é papel da alta administração conduzir as iniciativas e esforços da organização para que a proteção e responsabilidades ambientais tenham sucesso. É necessário que as organizações tenham um plano

estratégico ambiental e instrumentos gerenciais adequados e alinhados às necessidades sustentáveis.

2.2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P

Segundo Araujo, Ludewigs e do Carmo (2015), a A3P era pra ser apenas um projeto interno do Ministério do Meio Ambiente, mas dois anos depois ela havia ultrapassado os limites do Ministério e se mostrou como um programa de sensibilização dos gestores públicos quanto a questões ambientais. Em 2002 ela foi reconhecida com o prêmio da Unesco “O melhor dos Exemplos” na categoria meio ambiente.

A A3P foi estruturada com base nos 5 R's (MMA – A3P, 2009), conforme tabela abaixo:

Tabela 1: OS 5R'S

5 R's	Significado
Repensar	Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descartes adotados.
Recusar	Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.
Reduzir	Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
Reutilizar	Reutilizar é a forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.
Reciclar	Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

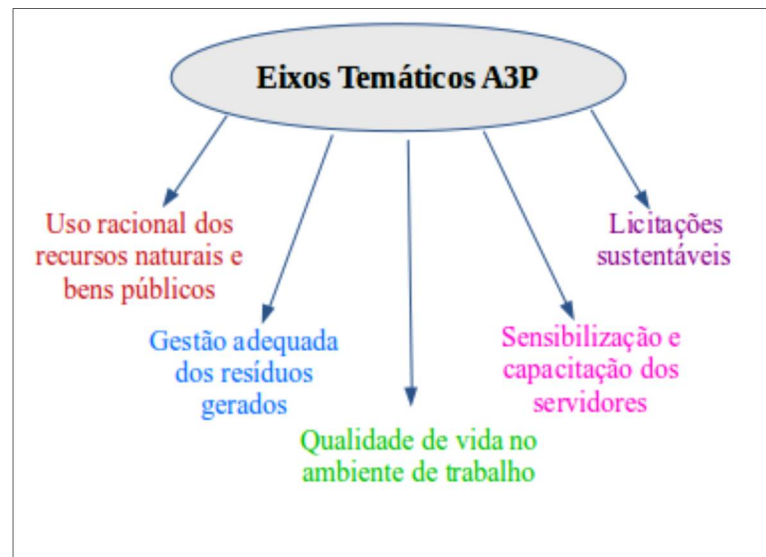
Fonte: Cartilha A3P – 5º ed. MMA (2009) – adaptado.

Segundo Barata, Kligerman & Gomez (2007), a A3P possui o propósito de realizar um processo de construção de uma nova cultura institucional na administração pública, visando a conscientização dos servidores, a otimização dos

recursos e uma melhor qualidade de vida no trabalho. Pretende colocar as organizações em sintonia com a concepção de ecoeficiência.

É pensando nisso que a agenda A3P desenvolveu cinco eixos temáticos prioritários para que os órgãos possam construir uma nova cultura institucional que caminha à efetiva gestão ambiental. De modo a estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critério de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Eles podem ser visualizados na figura 1 e serão abordados mais a frente:

Figura 1: OS CINCO EIXOS TEMÁTICOS PRIORITÁRIOS DA A3P



Fonte: Cartilha A3P – 5º ed. MMA (2009) - adaptado.

A A3P ganhou força, ficou reconhecida como Agenda da Responsabilidade Socioambiental do governo e passou a ser uma das principais ações que propõe um novo padrão de responsabilidade nas atividades econômicas da gestão pública (CAMELO & MONTEIRO, 2015).

As políticas e estratégias recomendadas pelos países membros da ONU mostram que a produção e o consumo que respeitem os limites que o planeta suporta são algo fundamental para o desenvolvimento sustentável. Ainda assim, a agenda A3P não é priorizada na incorporação do planejamento das organizações, apenas visada (ARAUJO, LUDEWIGS E do CARMO, 2015).

Araujo, Ludewigs e do Carmo (2015) afirma que o desafio para que a agenda A3P se materialize no planejamento estratégico da administração pública está em se

vincular ao core business da organização e ter maior investimento ao longo prazo. Esses são requisitos indispensáveis para que a agenda possa fazer com que as organizações tenham práticas proativas de responsabilidade socioambiental que ultrapassam as demandas sociais e legais.

2.2.1 Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Este eixo busca fazer com que o agente público se atente ao uso racional da energia, água e madeira, assim como o consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente. Dessa forma, o agente usará de forma eficiente os recursos e bens naturais, evitando seu desperdício (MMA – A3P, 2009).

Segundo Lé Dias (2016), a administração pública consome muitos bens e serviços e possui uma posição de destaque perante a sociedade, então é necessário que ela sirva de exemplo para práticas de ações sustentáveis. Além disso, ao fazer uso racional dos recursos, ela contribuirá para a redução de gastos aos cofres públicos e minimizando os impactos negativos ao meio ambiente.

O MMA – A3P (2009) revela que no Brasil a taxa de desperdício de água equivale a 70%, e isso mostra a despreocupação do cidadão em relação ao recurso e que acredita na inesgotabilidade dele. Isso se dá porque o Brasil possui 13% das reservas de água doce do planeta, que são de apenas 3%.

Outra grande preocupação é com a energia. Em um período que a falta de chuva assombrava o Brasil, em 2008 a indústria sentiu a alta dos preços da energia no mercado, que chegaram a quase R\$ 600/MWh. As poucas chuvas levaram o Operador Nacional de Sistemas (ONS) a acionar usinas térmicas para garantir a estabilidade do fornecimento de energia. Como essas usinas utilizam combustíveis fósseis como o carvão, além de serem mais caras são também poluidoras do meio ambiente. O consumo de energia elétrica só aumenta e é um fator bem preocupante. Por esse motivo, existe a necessidade de usá-la de modo inteligente e eficaz (MMA – A3P, 2009).

2.2.2 Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

Lé Dias (2016) explica que a gestão adequada dos resíduos gerados precisa de quatro importantes ações: a compra, o consumo, a coleta seletiva e o descarte do

produto; com isso o agente público também pratica os 5 R's. É necessário que a conscientização se inicie antes da compra do produto, evitando que sejam consumidos recursos desnecessários ou inviáveis ambientalmente. Após essa etapa, faz-se necessário o correto uso dos recursos, evitando desperdício. Depois tem-se a coleta seletiva, importante ação no processo que antecede a reciclagem. O destino do material separado fecha o ciclo, é priorizado a reciclagem dos recursos.

Ações pequenas do dia-a-dia podem ajudar bastante quando esse eixo está em pauta. Lé Dias (2016) aponta como práticas simples o uso da frente e verso do papel, do envio de e-mail ao invés do impresso para as comunicações, da substituição de copos plásticos por canecas e do monitoramento do uso de água e da energia.

O depósito de resíduos nos aterros sanitários têm aumentado ao longo dos anos no país (IBGE, 2010). É sabido, entretanto, que muitos materiais levam anos para se decomporem e muitos outros possuem substâncias tóxicas aos seres vivos. E é pensando nisso que a ideia de reciclar se torna importante, pois com a correta gestão dos resíduos, desde a compra até o seu descarte faz com que os impactos negativos causados ao meio ambiente sejam minimizados.

Segundo o MMA – A3P (2009), no Brasil apenas 2% do lixo é reciclado, enquanto que nos Estados Unidos e na União Europeia chega a 40%. O lixo, quando utilizado de forma correta, tem a capacidade de produzir riquezas na forma de energia, produtos reciclados, com uma grande economia referente à extração de matéria-prima.

2.2.3 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

A intenção nesse eixo é conciliar os interesses do indivíduo e da organização. Ao melhorar a satisfação do trabalhador dentro do contexto laboral, melhora-se a produtividade. Para isso, é necessário que a administração pública invista em ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. As instituições precisam, para tanto, desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, desenvolvendo e aprimorando diversos fatores (MMA – A3P, 2009).

Segundo Lé Dias (2016), esse tema vai de encontro a Constituição Federal de 1988, a qual remete a inclusão do ambiente de trabalho no contexto do ambiente geral.

O artigo 225, capítulo VI, que trata do Meio Ambiente, fala que a qualidade de vida é essencial para assegurar o direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2.2.4 Sensibilização e Capacitação

A A3P afirma que mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo dos servidores impacta diretamente nos recursos naturais. Por isso a sensibilização e capacitação dos servidores vem com a ideia de mostrar a importância da adoção de uma postura socioambiental responsável. Esse eixo cria uma nova cultura organizacional de sustentabilidade das atividades do setor público (MMA – A3P, 2009).

A sensibilização é acompanhada de capacitação, pois é um instrumento essencial para a construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos. Deve ser promovida a orientação, informação e qualificação dos gestores públicos para um melhor desempenho das atividades implantadas no setor. A formação dos gestores pode ser considerada como uma das variáveis do sucesso da ação de gestão socioambiental na administração pública. A mobilização deve ser permanente e contínua, pois toda a mudança de comportamento depende da reflexão sobre questões ambientais e sociais do envolvimento de cada um com a temática (MMA – A3P, 2009).

Conforme Lé Dias (2016), na atualidade o maior desafio consiste em acabar com a cultura do desperdício e do consumo desmedido e práticas tão enraizadas na sociedade contemporânea. A sensibilização do indivíduo representa o caminho para uma sociedade mais consciente da sua responsabilidade socioambiental.

2.2.5 Licitações Sustentáveis

Estima-se que as compras governamentais movimentam cerca de 10% a 15% do PIB nacional do Brasil. A aquisição de produtos ou contratação de serviços para o setor público gera impactos significativos na economia. É por isso que o agente público, ao tomar decisões, necessita ter em mãos informações e ferramentas que o permita realizar boas práticas que envolvam aspectos econômicos, ambientais e sociais (MMA – A3P, 2009).

A lei 8.666/93 que regulamenta as licitações não obriga o gestor público a considerar critérios sustentáveis nos seus processos. Assim, a agenda A3P traz como um dos seus eixos essa questão, visto ser um importante passo no desenvolvimento sustentável.

“Em todo o mundo, o poder de compra e contratação do Governo tem um papel de destaque na orientação dos agentes econômicos quanto aos padrões do sistema produtivo e do consumo de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis.” (MMA, A3P, 2009, p.47).

Em 2010, a lei 8.666/93, que rege sobre licitações, sofreu alterações por meio da Lei 12.349/10, a qual acrescentou o contexto da sustentabilidade como critério para ser observado nos processos de licitações.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Neste capítulo são descritos os aspectos metodológicos concernentes aos procedimentos que foram adotados com o objetivo de garantir que a investigação seja realizada dentro dos padrões estabelecidos pelo método científico.

É apresentado, também, o resultado obtido a partir do diagnóstico, onde foi identificada a situação-problema.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto a seu objetivo, a pesquisa pode ser classificada como exploratória. Conforme Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Neste caso, critério classificatório desta pesquisa em exploratório é o de explicitar e explorar as práticas sustentáveis da UNILA, por meio de algumas pró-reitorias.

Quanto à abordagem do problema, a natureza deste estudo classifica-se como qualitativa. Sua classificação em qualitativa deve-se ao fato de avaliar as variáveis qualitativas de um *check-list* estruturado com intuito de analisar as atitudes de algumas pró-reitorias da universidade. A pesquisa qualitativa é definida por Denzin e Lincoln (2000, p. 17) como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, nela os pesquisadores “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. É a partir da análise qualitativa que foi possível a identificação das práticas sustentáveis da UNILA, e com isso, propor o projeto-piloto da agenda A3P em uma das pró-reitorias, com a intenção de que, futuramente, se expanda a toda a universidade.

No que concerne os procedimentos técnicos, a pesquisa se enquadra como estudo de caso, seguida de uma proposta técnica sustentada nos dados que foram coletados por meio do *check-list*. Esse *check-list* foi adaptado do estudo realizado por Freitas, Borgert & Pfitscher (2011), e é composto de 36 questões, subdivididas em cinco eixos temáticos, com opções de respostas “adere” ou “não adere”. Segundo Malhotra (2001), o estudo de caso se baseia no exame intensivo de casos selecionados sobre o tema da pesquisa. Os dados são obtidos a partir da organização, pode ser por meio de entrevistas ou questionários estruturados que buscam investigar

o fenômeno em questão nas informações coletadas dos respondentes, podendo ser verbais, por escrito ou eletrônicas. A escolha de utilizar o *check-list* para o estudo de caso é devido a aplicação fácil e dados confiáveis, pois as respostas se limitam às alternativas mencionadas e a codificação, sendo a análise e a interpretação dos dados simplificadas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A escolha do órgão amostra da pesquisa deu-se por critério de conveniência. Trata-se da Universidade Federal de Integração Latino-Americana – UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. A instituição foi criada em 2010 com o intuito de promover a integração com os países localizados na América Latina. Por este motivo é que a UNILA possui um corpo docente representado por vários professores estrangeiros, assim como são reservadas 50% das vagas de alunos para quem é da América Latina.

Entretanto, a população da amostra foi a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, unidade da universidade que concentra os serviços relacionados a pessoas, como: seleção e contratação de servidores; cadastros de servidores; pagamento de vencimentos; análises e deliberações de afastamentos, progressões, capacitações, aposentadorias etc.; segurança no trabalho; e promoção da saúde do servidor. Além da PROGEPE, outras duas Pró-Reitorias se prontificaram a responder o *check-list*, dessa forma foi possível identificar práticas realizadas por elas, construindo assim as atitudes da universidade em geral. As Pró-Reitorias foram: Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura – PROAGI e a Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN por meio do Departamento de Planejamento Estratégico.

Se o projeto-piloto for implantado na PROGEPE, esta poderá promover a qualidade de vida e capacitação (eixos da A3P) no âmbito da universidade. Dessa forma incentivará outras unidades a aderirem a agenda e executarem com eficiência todos os eixos temáticos. E ainda, é possível, com base nos objetivos da agenda, serem criados projetos de extensão que se estendam à comunidade, gerando resultados positivos para o município.

3.3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Com a intenção de investigar se a Unila, por meio de algumas Pró-Reitorias, possui práticas sustentáveis em suas rotinas, optou-se por aplicar um check-list aos gestores que respondem por três unidades. As respostas coincidiram na maioria dos critérios questionados, apresentando, assim, uma visão mais próxima da realidade da universidade inteira.

Assim, adotados os procedimentos e a trajetória metodológica informadas nesta seção, serão apresentados agora os resultados alcançados pelo presente estudo.

O *check-list* aplicado foi estruturado por Freitas, Borgert & Pfitscher (2011) com base no Manual da A3P. Os respondentes foram: o Pró-Reitor substituto da PROGEPE, o Pró-Reitor da PROAGI e o Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico da PROPLAN. A PROGEPE representa a unidade estudo que será proposto o projeto-piloto da agenda A3P e respondeu a todas as perguntas. A PROAGI respondeu pelas questões relacionadas a infraestrutura e licitações. E a PROPLAN pôde mostrar quais práticas são pensadas pelo planejamento estratégico na Unila, a unidade também respondeu a todas as perguntas. As respostas das Pró-Reitorias coincidem em todas as questões, com exceção de uma pergunta do primeiro eixo, a qual a PROAGI teve uma resposta diferente. Elas são apresentadas abaixo.

As práticas investigadas estão relacionadas aos cinco eixos temáticos da A3P. Com relação ao primeiro eixo temático – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos, pode-se perceber que a universidade adere parcialmente às ações propostas pelo MMA, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 1

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		X

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

Porém, em relação a ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos é possível verificar que não é feita de forma igual em todas as unidades da universidade. Conforme mostra o Quadro 2, a PROAGI não realiza esse tipo de ação.

Quadro 2: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 1 – PROAGI

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?		X
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		X

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

Apesar da redução de copos plásticos não ser priorizada na PROAGI, pode-se verificar que as unidades possuem preocupação com a redução ou monitoramento do consumo de papel, energia e água, principais recursos e que a A3P dá uma maior ênfase em suas cartilhas. Porém, é possível perceber que não existe uma maior preocupação em relação ao consumo de outros materiais ou recursos que podem causar impactos ambientais significativos.

Os resultados apresentados no Quadro 3 – Eixo 2: Gestão adequada dos resíduos gerados – evidenciam que a universidade não possui uma gestão dos resíduos eficiente ou que ela não funciona. O lixo não é separado, dessa forma, a coleta seletiva não é realizada. A única preocupação é com o descarte adequado de resíduos perigosos.

Quadro 3: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 2

Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados	Adere	Não Adere
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's? (Repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar)		X
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005?		X
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		X
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		X
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	X	

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

Pode-se perceber, também, que a universidade não é adepta a política dos 5R's. Quando essa política é desenvolvida e incentivada para toda a organização, ela pode refletir em outras ações, como por exemplo, a redução do consumo de papel, água ou de copos plásticos, conseqüentemente reduzindo o lixo que prejudica a natureza e economizando recursos naturais.

O Quadro 4 abordou sobre o eixo 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho. As ações questionadas no *check-list* são comumente desenvolvidas pela PROGEPE e alcançam toda a universidade. Algumas das atividades são atribuições de alguns setores e, dessa forma, são desenvolvidas de forma contínua no âmbito da Unila.

Quadro 4: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 3

Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Adere	Não Adere
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?	X	
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?	X	
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso do servidores e bolsistas?	X	
A IFES possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?	X	
A IFES possui controle da jornada de trabalho?	X	
A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		X
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?	X	
A IFES possui programa de saúde ocupacional”?	X	
A IFES possui programa de orientação nutricional?		X
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	X	
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	X	
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?		X
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?		X
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?	X	
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?	X	
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?	X	

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

A universidade possui preocupação com a qualidade de vida no ambiente de trabalho dos seus servidores e estagiários. Realiza duas vezes por semana ginástica laboral em todos os setores. Preocupa-se com a ergonomia de mobiliários e equipamentos dos servidores, reuni uma equipe e visita todas as unidades, pelo menos, uma vez por ano. Atende às exigências de acessibilidade. Possui grupos de pessoas para trabalharem sobre questões de saúde ocupacional e prevenção de acidentes. Possui, também, controle das jornadas de trabalho. E, incentiva e promove a capacitação dos servidores e a integração entre eles. Além disso, a universidade se preocupa com questões que tratam sobre a liberdade de expressão, privacidade e tratamento impessoal.

Apesar disso, a Unila não pratica, ainda, algumas ações como, por exemplo, grupo especializado para apoio a neuroses, orientação nutricional e integração interna através de senso comunitário ou promoção de relacionamentos interpessoais.

Contudo, é possível perceber que a Unila atende a um dos objetivos da A3P que é a “Melhoria da qualidade de vida”, por meio do eixo 3. As ações desenvolvidas nesse eixo permitem que o servidor possua um ambiente de trabalho adequado e saudável para desenvolver suas atividades, e assim ele contribui também para um meio ambiente equilibrado.

Já no Quadro 5, é possível verificar sobre a questão de capacitação e sensibilização dos servidores, abordada pelo eixo 4.

Quadro 5: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 4

Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores	Adere	Não Adere
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?	X	
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?		X
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?		X
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?		X

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

Nota-se que a universidade não desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os docentes, discentes ou comunidade no entorno da instituição. Essas ações podem ser inseridas no planejamento estratégico da Unila, pois podem causar impactos positivos e significativos à universidade devido a integração dela com a comunidade, além de uma maior proximidade do corpo técnico com o docente e discente.

Entretanto, a Unila desenvolve muitos programas de capacitação para os servidores técnico-administrativos. Sempre que possível realiza cursos e/ou palestras com profissionais qualificados de outras instituições. Além disso, é concedido, sempre que possível e dentro das condições legais, horários especiais de estudante e afastamentos parciais e/ou integrais aos servidores técnico-administrativos e docentes, para que eles possam se capacitar em graduações, mestrados, doutorados e pós-doutorado.

Porém, faz-se necessário constar que a universidade realiza poucas capacitações acerca de sustentabilidade ou gestão ambiental.

No Quadro 6 é abordado o último eixo da agenda – Eixo 5: Licitações Sustentáveis. Os dados são apresentados a seguir:

Quadro 6: APLICAÇÃO DA PESQUISA – AÇÕES DO EIXO 5

Eixo 5 - Licitações sustentáveis	Adere	Não Adere
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	X	
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	X	
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?	X	

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert & Pfitscher (2011)

Este eixo é o único que a universidade adere integralmente. A Unila, por ser uma universidade nova – criada em 2010 – possui algumas ações já voltadas, desde o início, para critérios sustentáveis, visto que esse assunto vem sendo discutido faz anos pela ONU, e o Governo já chamou atenção para práticas mais sustentáveis. Essas ações, entretanto, estão concentradas nas licitações sustentáveis. Como visto anteriormente ainda falta aderência a outros programas.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Nesta seção será apresentada a proposta técnica, plano de implantação, recursos, resultados esperados e riscos ou problemas esperados e medidas preventivas. A proposta técnica foi pensada conforme o levantamento bibliográfico realizado e pela análise dos resultados obtidos com o *check-list*.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Como já foi visto neste trabalho, os órgãos públicos são grandes consumidores de recursos, e possuem um papel importante perante a sociedade para promover a conscientização dos demais e também fazer sua parte colaborando com a sustentabilidade do meio ambiente. Cabem a cada órgão avaliar a sua situação local e organizar a sua agenda ambiental, e dessa forma controlar os impactos ambientais gerados no dia-a-dia.

A A3P atua nessa perspectiva, com ações de caráter voluntário e que tem por objetivo induzir a gestão pública às práticas de sustentabilidade que reduzem os impactos negativos causados ao meio ambiente.

Com o *check-list* aplicado aos gestores da Unila, foi possível verificar que a universidade se preocupa mais com algumas práticas do que com outras. E mesmo que ela procure desenvolver ações de práticas sustentáveis, não trabalham com alguma agenda ambiental e não priorizam essas questões em seu planejamento.

Por esse motivo, este trabalho identificou que a aderência da A3P pela Unila atenderia aos objetivos sustentáveis sem deixar de lado atividades comuns a instituição. É possível iniciar com um projeto-piloto na PROGEPE, com o desenvolvimento de pequenas ações e depois incorporar a agenda no planejamento estratégico da universidade com o intuito de levar as práticas à toda a instituição e, também, a comunidade.

A A3P é escolhida como solução para o problema encontrado, porque é um programa já estruturado e incentivado o seu uso pelo MMA. Ela foi desenvolvida sobre os aspectos mais preocupantes que os órgãos públicos possuem, como o descarte de resíduos gerados, consumo dos recursos naturais, qualidade de vida e capacitação. A A3P agrega os principais objetivos para a contribuição do desenvolvimento sustentável e propõe ações para quem deseja aderir-la.

É proposto, no entanto, que a PROGEPE inicie o projeto com mudanças nas suas atividades e práticas adotadas no cotidiano, serão propostas mais a frente ações que o setor poderá incorporar. Se as práticas se mostrarem eficientes e apresentarem resultados significativos, é desejável que a Unila considere as ações e efetiva implementação da A3P por meio de seu planejamento estratégico.

A institucionalização da A3P é feita por meio do Termo de Adesão. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e com a gestão transparente. A forma de como aderir formalmente ao programa da agenda está na Cartilha A3P, disponibilizada pelo MMA em seu site. Nela são encontradas todas as informações que a instituição precisa para trabalhar com a agenda.

Para que a PROGEPE inicie o projeto com ações sustentáveis, será necessário montar uma comissão, que poderá ser a mesma quando aderido à A3P. Esse grupo de pessoas ficará responsável por realizar o diagnóstico ambiental na unidade, mapear os gastos dos recursos utilizados, levantar dados sobre a qualidade de vida no trabalho, saúde, segurança, capacitação, descarte de resíduos. Apontará as ações que devem ser tomadas pela unidade para a gestão ambiental e acompanhará essas ações.

O setor precisará trabalhar principalmente com a capacitação e sensibilização dos gestores e demais servidores. Na intenção de promover um conhecimento acerca da importância da gestão ambiental e das práticas sustentáveis pelas organizações públicas e, dessa forma, sensibilizar os servidores para que possam colaborar com as práticas que serão adotadas.

A princípio, é possível promover ações que não necessitam de recursos financeiros para serem executadas. Como por exemplo, a separação do lixo orgânico do reciclável, a substituição de copos plásticos por canecas ou copos de vidro, o uso consciente do ar-condicionado, a conscientização para a redução do consumo de água e energia, entre outros.

4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Depois de formada a comissão gestora das práticas sustentáveis (ou da A3P), e realizado o diagnóstico ambiental, a comissão deverá analisar o que já é realizado, o que não é e quais os recursos e ferramentas a unidade possui para adotar novas

práticas. Após, elabora-se um plano de trabalho com as ações prioritárias, objetivos, metas e os recursos necessários.

Juntamente com o plano de trabalho, deve ser desenvolvido um cronograma de execução das ações, de forma a se adequar às metas estabelecidas. Deve-se definir os indicadores de acompanhamento e aprimoramento das ações. Divulgar os trabalhos de modo a solicitar que todos os servidores da unidade colaborem com o projeto. Pôr em prática as ações.

Paralelo ao plano de trabalho e desenvolvimento das ações, é necessário que haja o planejamento do setor que promove as capacitações na instituição voltado a sensibilização e capacitação dos servidores para questões sobre gestão ambiental e sustentabilidade. É importante que tenham cursos, palestras, convidados de outras instituições (até mesmo do MMA) sobre a temática e para os servidores. É através do conhecimento que o servidor repensa suas atitudes e começa adotar práticas, não só no trabalho, mas também fora dele.

A comissão deve se reunir periodicamente para acompanhar se as metas estão sendo alcançadas, se todos estão colaborando, avaliar as ações, identificar falhas e corrigi-las, analisar o desempenho ambiental decorrente das ações implantadas e propor novas ações ou expansão das práticas, reforçar procedimentos e identificar ações de controle.

O papel da comissão será essencial para que o projeto seja um sucesso. E numa possível aderência da A3P pela Unila como um todo, será preciso que a comissão se mantenha com os mesmos propósitos, apenas acrescentando mais membros de outras unidades.

O projeto pode ser iniciado a qualquer momento, porém é desejável que seja iniciado ainda no primeiro semestre de um ano civil. Dessa forma, é possível estabelecer várias ações ao longo do ano, realizar o acompanhamento, colher resultados e incentivar mais servidores a se envolverem com o assunto. E, ainda, é possível estipular novo plano conforme os resultados obtidos, de forma a considerar novas ações com utilização de recursos financeiros, se necessário, no planejamento e orçamento do exercício seguinte.

O acompanhamento das ações pode ser realizado por meio de indicadores escolhidos pela comissão, a depender do tipo de ação que será acompanhada. É possível que sejam analisados os resultados obtidos no meio ambiente, os resultados

percebidos pelos servidores, a percepção dos gestores quanto a questões como cultura e mudança organizacional e motivação.

A seguir é apresentado um quadro de planejamento como sugestão para implantação do plano, onde é identificado as fases e definido um horizonte temporal:

Quadro 7: PLANO DE IMPLANTAÇÃO – SUGESTÃO

Fases	Ação	Prazo Previsto
1ª Fase	Criação da comissão	1º ao 5º dia do mês 1
2ª Fase	Diagnóstico ambiental	20º ao 30º dia do mês 1
3ª Fase	Plano de trabalho com ações prioritárias, objetivos, metas e recursos necessários e cronograma das atividades	1º ao 10º dia do mês 2
4ª Fase	Desenvolvimento de capacitações aos servidores e divulgação do plano de trabalho	A partir do mês 2
5ª Fase	Pôr em prática as ações	A partir do mês 3
6ª Fase	Definição de indicadores de desempenho pela comissão, de forma a acompanhar e avaliar as ações executadas	1º ao 5º dia do mês 3
7ª Fase	Aplicação dos indicadores e avaliação das ações executadas	Conforme cronograma do plano de trabalho
8ª Fase	Incorporação da A3P no planejamento estratégico, programação de orçamento e ampla divulgação das ações e metas desejáveis	Final do segundo semestre do ano civil

Fonte: Elaborado pela autora

4.1.1.1 Sugestões de Ações

Levando em consideração que a universidade já adota algumas práticas sustentáveis, foi identificado outras ações que podem ser institucionalizadas pela PROGEPE para que consigam implantar o projeto. As ações propostas aqui são apresentadas pela Cartilha A3P – MMA (2009).

Consumo de papel:

- Realizar impressão de papel frente e verso;
- Verificar a disponibilidade de utilizar papéis reciclados;
- Confeccionar blocos de anotação com papel usado só de um lado.

Consumo de energia:

- Promover campanhas de conscientização;
- Desligar as luzes e monitores na hora do almoço;
- Fechar as portas quando ligar o ar-condicionado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente: ventilação, luz solar.

Consumo de copos plásticos:

- Promover campanhas de conscientização para uso de copos individuais não-descartáveis;
- Disponibilizar copos permanentes para todos os servidores.

Consumo de água:

- Promover campanhas de conscientização para o não desperdício de água.

Gestão dos resíduos:

- Implementação da coleta seletiva;
- Instituir uma comissão setorial de coleta seletiva;
- Realizar doações de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo;
- Separar o lixo orgânico para adubar uma horta comunitária, envolvendo discentes e comunidade.

Sensibilização e Capacitação:

- Promover capacitação e sensibilização por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas;
- Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho:

- Implantar programa de prevenção de riscos ambientais;
- Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provoquem ruídos no ambiente de trabalho;

- Promover atividades de integração no ambiente de trabalho como: oficinas de talento etc.

Licitações sustentáveis:

- Comprar papel não-colorado ou reciclável;
- Incluir nos contratos de serviço de limpeza adoção de procedimentos que promovem o uso racional dos recursos e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos.

4.1.2 RECURSOS

Para a implantação do projeto-piloto na PROGEPE não será necessário o dispêndio de recursos financeiros inicialmente. Pois, trata-se de formação de comissão de trabalho e adoção de ações simples para que o setor pratique a sustentabilidade e gestão ambiental.

Para tanto, faz-se necessário de recursos humanos, pois as ações devem ser atitudes adotadas pelos servidores de forma a promover economias e atender a normas de coleta seletiva de lixo e descartes de resíduos.

Quando da aderência da Unila à A3P, comprometendo-se com práticas sustentáveis em âmbito geral, será necessário incorporar as ações no planejamento de cada setor e prever os recursos necessários para o orçamento do exercício seguinte.

Estima-se que a destinação de recursos seja no valor de aproximadamente R\$ 15.000,00 divididos para as áreas de capacitações e diárias e passagens da PROGEPE, de forma a promover palestras e cursos de capacitações voltadas à gestão ambiental. Para a prática de ações simples, como monitoramento de uso de água e energia e a separação do lixo não será preciso destinar recursos financeiros. Para a compra de materiais sustentáveis e duráveis, como por exemplo as canecas no lugar de copos plásticos e as folhas recicladas, espera-se gastar entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 (conta básica de multiplicação considerando o valor médio de canecas e de uma resma de folhas e a quantidade de servidores). Porém, vale ressaltar que hoje já é gasto com copos plásticos e folhas brancas, esses materiais seriam substituídos, o que não causaria tanto impacto no orçamento.

Entretanto, não é possível prever o montante de outros recursos que serão necessários para a execução de mais ações. Pois, será preciso saber quais as ações que serão executadas dependendo da necessidade de cada área, como por exemplo, a mudança em instalações dos prédios. Nesse caso, sugere-se que a comissão estabeleça uma previsão de valores no plano de trabalho e que a cada ano seja previsto o montante de recursos que cada unidade precisará para desenvolver mais ações sustentáveis.

4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a Unila possa contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. E como órgão público, acredita-se em seu potencial em promover as ações sustentáveis, diminuindo os danos negativos causados ao meio ambiente e colaborando para o crescimento da região onde está inserida.

A proposta vai além do ambiente de trabalho, possui, também, a intenção de sensibilizar os servidores para que realizem essas ações em suas vidas em casa, com suas famílias. Dessa forma, eles estarão incentivando seus parentes e vizinhos, fazendo com que o resultado seja crescente e alcance cada vez mais pessoas dispostas a colaborar com o país.

Após a implantação da proposta, é possível realizar novos *check-lists* e entrevistas com os servidores com o intuito de verificar se as ações estão sendo desenvolvidas e se estão tendo resultados positivos.

4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS

Na hipótese de o projeto falhar, e a agenda não ser institucionalizada pela universidade, será necessário investigar o caso para entender quais foram os problemas encontrados no desenvolvimento da proposta.

Pode acontecer, no entanto, dos servidores não se comprometerem com as ações propostas. Ou até mesmo de resistirem às mudanças colocadas. Com isso, é importante desenvolver um plano de capacitação para que possam entender a importância das práticas. E, também, um plano de recompensas pelos gestores das unidades e trabalhos de motivação da equipe para adoção de novas rotinas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou investigar, por meio do *check-list* desenvolvido por Freitas, Borgert & Pfitscher (2011), se a Unila adota práticas sustentáveis em suas atividades no dia-a-dia. Acredita-se que a ausência dessas práticas seja uma situação problema, visto que o planeta sofre há tempos com o desequilíbrio do mundo desenvolvido e suas tecnologias versus natureza, e aos países existe uma responsabilidade ambiental que os façam promover o desenvolvimento sustentável.

Quando se fala na responsabilidade que acompanha os países e, nesse caso em específico, o Brasil, refere-se não só a Administração Direta, mas também a Indireta, com suas autarquias, fundações e empresas públicas. Lógico que o mercado privado não pode ficar de fora e devem existir leis que regulamentem essa parte. Mas é preciso chamar a atenção para os órgãos públicos nesse momento. Como visto no levantamento bibliográfico deste trabalho, eles são grandes usuários de recursos naturais e devem realizar um papel importante promovendo práticas sustentáveis e discutindo o tema para a comunidade.

A Unila como instituição de ensino superior, responsável por promover ensino de qualidade, realizar pesquisas e envolver a comunidade em seus projetos de extensão possui um papel importante quando se fala em desenvolvimento sustentável. Espera-se que as instituições de ensino adotem agendas ambientais e promovam práticas saudáveis ao meio ambiente. Além disso, anseia-se que essas instituições disseminem pensamentos sobre esse assunto de forma a promover mudanças significativas na sociedade.

A investigação sobre as ações praticadas na Unila se limitou a três Pró-Reitorias. Com elas pôde se ter uma noção do que é praticado na universidade toda, pois são unidades que são responsáveis pela gestão de pessoas, planejamento estratégico e infraestrutura e compras. Em especial, buscou-se investigar melhor a PROGEPE, por ser a unidade que será proposto o projeto técnico para resolver a situação problema.

Concluiu-se que a Unila possui pouco conhecimento de práticas sustentáveis. Percebe-se que ela possui muitas ações que acarretam o tema, pois já iniciou suas atividades com atenção à leis e decretos que incentivam a sustentabilidade. Porém, por ser uma instituição nova, ela deveria ter em suas rotinas mais ações sustentáveis, além de aderir a uma agenda ambiental.

Por isso, acredita-se que a universidade deve aderir ao programa A3P, criado pelo MMA. Para tanto, foi proposto que se inicie com um projeto-piloto dentro da PROGEPE, com formação de uma comissão, planejamento das atividades, cronograma, definição de metas, pequenas mudanças nas atividades e novas práticas a serem adotadas, acompanhamento e capacitações.

Futuramente, espera-se que essas atividades se tornem parte da cultura organizacional e sejam integradas ao planejamento estratégico da Unila, com a adoção da A3P e o compromisso com a responsabilidade socioambiental e transparência.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Recomenda-se a aplicação de estudos dessa natureza a outras instituições públicas de ensino, com a intenção de verificar quantas instituições aderem a A3P e a qualidade das práticas realizadas por elas. Também podem ser apresentados outros projetos que incentivem mudanças nas ações e rotinas das organizações. E podem ser realizados estudos que apontem os resultados das organizações que trabalham com agendas ambientais.

Incentiva-se, também, a elaboração de pesquisas que abordem métodos e indicadores apropriados para a medição de desempenho das organizações e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; DO CARMO, E. **A Agenda Ambiental na Administração Pública desafios operacionais e estratégicos**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí. v. 13, n. 32, p. 21-47, 2015.
- BARATA, M. M. de L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro. v. 12, p. 165-170, 2007.
- CAMELO, G. L. P.; DE OLIVEIRA MONTEIRO, M. **Agenda Ambiental Na Administração Pública-A3p Nos Campi Do Ifrn: Um Olhar A Partir Dos Gestores**. EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação, Rio Grande do Norte. v. 1, n. 1, p. 26-42, 2015.
- CAVALCANTE, M. L. S. A. **Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P- Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos**. Revista Controle: Doutrinas e artigos, Fortaleza. v. 10, n. 1, p. 193-216, 2012.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Editores). **Handbook of qualitative research**. (2 Ed.). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications. 2000.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade – 3ª ed.** In: **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2011.
- FREITAS, Claudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Agenda Ambiental na Adiministração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P**. 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IUCN/UNEP/WWF. **World Conservation Strategy**. 1980. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCS-004.pdf>> Acesso em 07 jan de 2019.
- LÉ DIAS, ANDRÉIA. **Projetos e programas de sustentabilidade ambiental na UFBA: objetivos e comprometimento com a Agenda Ambiental na Administração Pública**. Revista Brasileira de Administração Política, Salvador. v. 6, n. 1, p. 145, 2016.
- LUIZ, et al. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia**. Administração pública e gestão social, Blumenau. v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (1992). **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 10 jan de 2019.
- _____. (2009). **Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 10 jan de 2019.

OUCHI, C. H. C. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose.** 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública.** Revista. Brasília: Ibama, 2006.

REZENDE, Julio Francisco Dantas de. **Sustentabilidade das empresas associadas à REDEPETRO-RN.** 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANCHES, Carmen Silvia. **Gestão ambiental proativa.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo. v. 40, n. 1, p. 76-87, 2000.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **The Triple Bottom Line: how today's best-run companies are achieving economic, social, and environmental success – and how you can too.** San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

ANEXO 1 - CHECK LIST ADAPTADO DE FREITAS, BORGERT E PFITSCHER

<u>Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)</u>	Adere	Não Adere
Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		
Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados		
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's? (Repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar)		
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005?		
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		
Há destinação adequada a resíduos perigosos?		
Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?		
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?		
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso do servidores e bolsistas?		
A IFES possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?		
A IFES possui controle da jornada de trabalho?		
A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?		
A IFES possui programa de saúde ocupacional”?		
A IFES possui programa de orientação nutricional?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?		

A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?		
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?		
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?		
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?		
Eixo 4 - Sensibilização e capacitação dos servidores		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnicoadministrativos?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?		
Eixo 5 - Licitações sustentáveis		
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?		
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões desustentabilidade?		
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?		